

Relatório Trimestral de Atividades

4º Trimestre de 2013

Relatório Trimestral de Atividades

4º Trimestre de 2013

Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

© TCEES, 2013

E77p Espírito Santo. Tribunal de Contas do Estado.

Relatório Trimestral de Atividades: 2013 / Tribunal de Contas do Estado.

Vitória/ES: TCEES, 2013.

35p.

1. Tribunal de Contas-Espírito Santo (E) - Relatório Trimestral de Atividades: 2013.

I. Título.

(341.38509815206)

Catálogo pela Biblioteca do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo
Rua José Alexandre Buaiz, 157, Enseada do Suá, Vitória, ES, CEP 29950-913
Telefone (27) 3334-7600
www.tce.es.gov.br

CORPO DELIBERATIVO

Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo
Presidente

Conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto
Vice-Presidente

Conselheiro Domingos Augusto Taufner
Corregedor

Conselheiro Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun
Ouvidor

Conselheiro José Antonio Almeida Pimentel

CORPO ESPECIAL

Auditora Márcia Jaccoud Freitas

Auditor João Luiz Cotta Lovatti

Auditor Marco Antônio da Silva

Auditor Eduardo Perez

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS

Procurador Luís Henrique Anastácio da Silva
Procurador Geral

Procurador Luciano Vieira

Procurador Heron Carlos Gomes de Oliveira

DIRETORIA GERAL DE SECRETARIA

Elizabeth Maria Klippel Amancio Pereira
Diretora Geral de Secretaria

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

No cumprimento de suas atribuições constitucionais e legais o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo construiu seu referencial estratégico estabelecendo negócio, missão, visão de futuro e valores institucionais, para a busca de resultados mais efetivos para a sociedade capixaba.

MISSÃO

ORIENTAR E CONTROLAR A GESTÃO DOS
RECURSOS PÚBLICOS EM BENEFÍCIO
DA SOCIEDADE

NEGÓCIO
CONTROLE EXTERNO



VISÃO

SER INSTITUIÇÃO DE
EXCELÊNCIA NA
ORIENTAÇÃO E NO
CONTROLE DA GESTÃO
DOS RECURSOS PÚBLICOS
ATÉ 2015

VALORES

PROFISSIONALISMO
EQUIDADE
ÉTICA E TRANSPARÊNCIA
EXCELÊNCIA DE DESEMPENHO
RESPONSABILIDADE SUSTENTÁVEL

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em cumprimento ao disposto no art. 71, § 4º, da Constituição Estadual, apresenta o seu Relatório Trimestral de Atividades, referente ao 4º trimestre de 2013, sob a gestão do Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo.

Dentre as atividades realizadas pelo TCEES nesse 4º trimestre, podemos destacar:

- O XXVII Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, que foi uma realização da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), compartilhada com o TCEES, como anfitrião. Apoiaram a iniciativa o Instituto Rui Barbosa (IRB) e a Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom). Nesse mesmo período, ocorreram a I Feira Nacional do Sistema Controle Externo e o IV Encontro de Corais de Tribunais de Contas, com a participação de doze corais de Cortes de Contas. O Congresso dos Tribunais movimentou R\$ 2,2 milhões na economia capixaba, em apenas quatro dias.
- A prorrogação da auditoria no contrato de concessão 001/1998, referente ao Sistema Rodosol, por mais 90 dias, a partir de 08/11/13. A solicitação partiu do próprio corpo técnico em virtude do atraso na entrega de documentos e informações solicitados na fase de execução da auditoria e fundamentais para a formação de opinião dos auditores, além do alto grau de complexidade para análise.
- A assinatura do ato recomendatório entre o TCEES e o Tribunal Regional do Trabalho (TRT).

Sempre tendo em vista a excelência no desempenho de suas obrigações, com foco na sua missão e visão, o TCEES executou importantes ações no 4º trimestre de 2013, com o objetivo de aprimorar a sua atuação enquanto órgão fiscalizador e orientador, contemplando ações plenamente efetivas e consoantes aos anseios sociais.

Este relatório apresenta os principais resultados da atuação do TCEES, tanto na área do controle da gestão pública, quanto na área administrativa. As informações nele disponibilizadas foram consolidadas pelo Núcleo de Planejamento e Projetos – NPP, a partir dos dados enviados pelas respectivas unidades.

Vitória, 28 de fevereiro de 2014

Conselheiro **Domingos Augusto Taufner**
Presidente

1 COMPETÊNCIA, JURISDIÇÃO E ESTRUTURA DO TCEES	7
2 AÇÕES DE DESTAQUE NO TRIMESTRE	8
3 ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO	10
3.1 PRINCIPAIS RESULTADOS NO TRIMESTRE	10
3.2 AÇÕES DO PLENÁRIO	11
3.3 AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO	17
3.4 COMISSÕES TÉCNICAS INSTITUÍDAS	20
4 ATIVIDADES DE GESTÃO	21
4.1 GESTÃO DE PESSOAS	21
4.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	24
4.3 SERVIÇOS GERAIS	25
4.4 GESTÃO DOCUMENTAL	26
4.5 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	26
4.6 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	27
4.7 CONTROLE INTERNO	28
4.8 GESTÃO DA ESTRATÉGIA	30
5 MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS	31
6 CORREGEDORIA	32
7 OUVIDORIA	33
ANEXOS	34

1 COMPETÊNCIA, JURISDIÇÃO E ESTRUTURA DO TCEES

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), criado por meio da Lei nº 1.287/1957, tem a missão constitucional de orientar e controlar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Ao Tribunal compete atuar na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade.

É seu papel auxiliar a Assembleia Legislativa e Câmaras Municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública, sem que haja qualquer subordinação ou poder hierárquico entre os órgãos. Suas atribuições são fixadas no artigo 71 da Constituição Federal de 1988, no artigo 71 da Constituição Estadual de 1989 e na Lei Complementar 621/2012.

Qualquer pessoa, física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigadas a lhe prestar contas.

Convém citar a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que ratifica as competências do Tribunal em fiscalizar o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Vitória e jurisdição em todo o território do Estado do Espírito Santo, compõe-se de sete conselheiros, quatro auditores, três procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e quadro próprio de servidores para cumprir finalidades de apoio técnico e administrativo.

2 AÇÕES DE DESTAQUE NO TRIMESTRE

SOCIEDADE

- ✓ Realização do “Dia D” da campanha Outubro Rosa, no qual os servidores e conselheiros vestiram rosa em adesão à causa e a Sessão Plenária foi especial, com a participação da Diretoria da Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer.
- ✓ Prorrogação da auditoria no contrato de concessão 001/1998, referente ao Sistema Rodosol, por mais 90 dias, a partir de 08/11/13.
- ✓ Adesão à Campanha de Natal dos Correios, possibilitando aos servidores adotar suas cartinhas para realizar os sonhos escritos no papel.
- ✓ Concessão do prêmio Guerreiro Ramos de Gestão Pública ao conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo, pelo Conselho Federal de Administração (CFA).
- ✓ Adesão à Campanha Mundial Novembro Azul, cujo objetivo é alertar os homens para a necessidade de realização de exame para a prevenção do câncer de próstata.
- ✓ Realização no Centro de Convenções de Vitória, no período de 03 a 06/12/13, dos seguintes eventos: XXVII Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, I Feira Nacional do Sistema Controle Externo e IV Encontro de Corais de Tribunais de Contas, com a participação de doze corais de Cortes de Contas.

RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS

- ✓ A assinatura do ato recomendatório entre o TCEES e o Tribunal Regional do Trabalho (TRT), no qual é recomendado às prefeituras que incluam em editais de licitação e respectivos contratos administrativos cláusulas com exigências de capacitação mínima permanente de trabalhadores terceirizados e previsão de percentual mínimo de vagas para reabilitados ou beneficiários de auxílio-acidente (artigo 93 da lei 8.213/91), independentemente do número de empregados da empresa a ser contratada.
- ✓ Atletas do TCEES são campeões dos Jogos dos Servidores 2013. Os Jogos dos Servidores é uma ação do Governo do Espírito Santo em comemoração à Semana do Servidor Público, homenageado no dia 28 de outubro.

GESTÃO ESTRATÉGICA ORIENTADA A PROJETOS

- ✓ Finalização dos projetos: “Orçamento 2014” e “Coleta Seletiva”.
- ✓ A implantação do projeto de digitalização vem representando maior agilidade na disponibilização de informação, além de contribuir para a eliminação do papel.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

✓ Em quatro meses de funcionamento do sistema de Controle Informatizado de Dados do Espírito Santo (Cidades-Web), mais de 11.900 processamentos já foram realizados.

ELEIÇÃO E POSSE

- ✓ Eleição (em 31/10/13) e posse (em 16/12/13) do conselheiro Domingos Taufner como presidente do TCEES para o biênio 2014/2015. Fazem parte também dessa nova composição diretiva o conselheiro Rodrigo Chamoun como vice-presidente, o conselheiro Sergio Aboudib como corregedor e o conselheiro José Antônio Pimentel como ouvidor.
- ✓ Posse do novo conselheiro do TCEES, Sérgio Manoel Nader Borges, na sessão especial ocorrida no dia 06/11/13.
- ✓ Início dos trabalhos da equipe de transição, em 13/11/13, para o biênio 2014/2015 no TCEES, conforme o que determina a Resolução TC Nº 235/2012, art. 4º, §1º.
- ✓ O conselheiro Rodrigo Chamoun assume a relatoria da prestação de contas anual do governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, referente ao exercício 2013.
- ✓ Eleição das novas diretorias da Associação dos Membros de Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e do Instituto Rui Barbosa (IRB), no dia 06/12/13. Na Atricon, o TCEES será representado pelo conselheiro Carlos Ranna, eleito 2º Vice Presidente, e o conselheiro Rodrigo Chamoun, eleito como suplente. No IRB, o TCEES, será representado pelo conselheiro Domingos Taufner, eleito 3º Vice Presidente.
- ✓ Aprovada em 06/12/13, pela Assembleia Geral da Atricon, a Declaração de Vitória, com 26 diretrizes e compromissos.

3 ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

3.1 PRINCIPAIS RESULTADOS NO TRIMESTRE

<i>Auditorias realizadas</i>	28
<i>Processos autuados no TCEES</i>	2.885
<i>Processos de pessoal do TCEES</i>	11
<i>Processos administrativos do TCEES</i>	78
<i>Processos de controle externo</i>	2.796
<i>Processos julgados ou apreciados conclusivamente</i>	2.256
<i>Atos de pessoal apreciados (sujeitos a registro)</i>	3.418
<i>Denúncias julgadas</i>	20
<i>Denúncias julgadas procedentes</i>	3
<i>Pareceres prévios em apreciação de contas: prefeitos municipais e governador</i>	16
<i>Acórdãos proferidos</i>	171
<i>Acórdãos em julgamento de contas: Assembleia, câmaras e demais entidades</i>	65
<i>Acórdãos com contas julgadas irregulares</i>	3
<i>Acórdãos em atos de gestão</i>	4
<i>Acórdãos em atos de gestão - julgados irregulares</i>	1
<i>Recursos julgados ou apreciados</i>	33
<i>Recursos com provimento negado</i>	3

3.2 AÇÕES DO PLENÁRIO

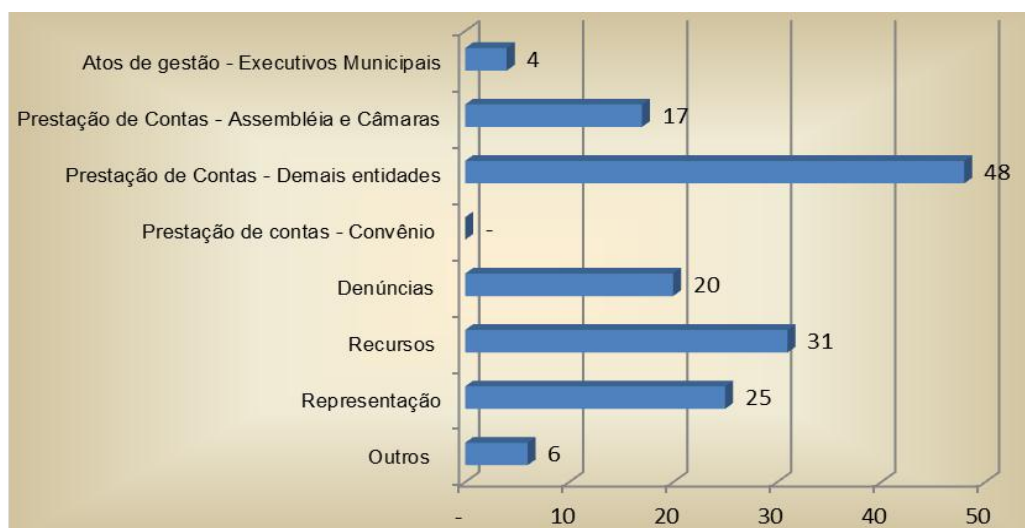
O Plenário é constituído por sete Conselheiros e dirigido pelo Conselheiro-Presidente, que se reúnem em sessões plenárias para deliberações. Os atos deliberados pelo Plenário assumem a forma de resolução, parecer, parecer prévio, acórdão e decisão.

Sessões Plenárias	4º trim 2012	4º trim 2013
Sessões plenárias	23	29
Ordinária	21	22
Especial	1	2
Administrativa	1	5
Processos em pauta	2.124	3.820
Processos julgados ou apreciados de forma conclusiva	1.901	2.256
Chamamentos relativos a processos	878	1.159
Notificações	450	629
Citações	428	530

Atos do Plenário	4º trim 2012	4º trim 2013
Decisões	2.017	2.359
Acórdãos (*)	145	171
Pareceres prévios	11	18
Pareceres em consulta	3	9
Resoluções	5	4
Instruções normativas	-	1
Total	2.181	2.562

(*) Quantidade de acórdãos, mesmo que tenham mais de uma decisão.

Julgamento Conclusivo



Resultados dos Acórdãos	4º trim 2012	4º trim 2013
JULGAMENTO CONCLUSIVO	136	151
Atos de gestão – Executivos Municipais	10	4
Regular	3	1
Regular com ressalva	1	1
Irregular	2	1
Saneado	-	-
Outros	4	1
Prestação de Contas - Assembleia e Câmaras	8	17
Regular	7	8
Regular com ressalva	1	7
Irregular	-	-
Saneado	-	2
Outros	-	-
Prestação de Contas - Demais entidades	84	48
Regular	63	30
Regular com ressalva	18	15
Irregular	2	2
Saneado	-	1
Outros	1	-
Prestação de Contas - Convênio	-	-
Regular	-	-
Regular com ressalva	-	-
Irregular	-	-
Saneado	-	-
Outros	-	-
Denúncias	4	20
Procedente	2	3
Parcialmente procedente	-	2
Improcedente	2	5
Saneado	-	-
Outros	-	10
Recursos	18	31
Provimento	4	14
Provimento parcial	8	4
Negado provimento	3	3
Saneado	-	1
Outros	3	9
Representação	6	25
Procedente	3	3
Parcialmente procedente	2	1
Improcedente	-	6
Saneado	-	-
Outros	1	15
Outros assuntos	6	6
Regular	2	1
Irregular	4	-

Resultados dos Acórdãos	4º trim 2012	4º trim 2013
Improcedente	-	-
Saneado	-	-
Procedência	-	-
Regular com ressalva	-	2
Outros	-	3
JULGAMENTO NÃO CONCLUSIVO	16	20
Multa	16	-
Tornar insubsistente acórdão	-	-
Tornar sem efeito acórdão	-	-
Anular acórdão	-	-
Extinção da obrigação	-	-
Extinção sem julgamento de mérito	-	-
Outros	-	20
Total	152	171

Resultado das Decisões	4º trim 2012	4º trim 2013
Decisões conclusivas (Registro de pessoal)	1.758	2.078
Registro	1.758	2.078
Admissão	879	1.015
Aposentadoria	293	670
Pensão	405	129
Reforma	96	21
Transferência para reserva	14	26
Revisão de proventos	48	205
Retificação de ato	3	11
Reexame de decisão	12	1
Outras	8	-
Denegar registro	-	-
Demais decisões – não conclusivas	249	281
Deferir parcelamento	-	1
Arquivar	68	61
Revelia	21	9
Quitação	1	-
Consulta - não conhecer	3	1
Apurar em auditoria (especial, extraord. ou ordinária)	-	-
Devolver à origem	2	4
Dar ciência do Relatório de Gestão Fiscal	-	-
Notificar / citar por edital	-	-
Alerta	77	109
Notificar para contra-razões	-	-
Instaurar Tomada de Contas / Especial	4	14
Determinar / recomendar a suspensão do certame (Cautelar)	11	-
Denúncia – receber / apurar	1	-
Outras	61	82
Total	2.007	2.359

Resultados dos Pareceres Prévios	4º trim 2012	4º trim 2013
Prestação de Contas	8	16
Parecer pela aprovação	8	7
Parecer pela aprovação com ressalva	-	5
Parecer pela rejeição	-	1
Reformular parecer - aprovação	-	-
Reformular parecer - rejeição	-	-
Contas ilíquidáveis	-	-
Outros	-	3
Recursos	3	2
Negar provimento - aprovação	-	-
Negar provimento - rejeição	-	-
Provimento - reformular parecer - aprovação	-	2
Provimento - reformular parecer – aprovação com ressalva	-	-
Provimento - anular parecer	-	-
Provimento - reformular parecer - rejeição	-	-
Provimento parcial - rejeição	1	-
Provimento parcial - aprovação	1	-
Não conhecer	1	-
Negar seguimento - excluir atos de gestão - aprovação	-	-
Negar seguimento - reformular p/ excluir irregularidades - rejeição	-	-
Perda do objeto	-	-
Outros	-	-
Total	11	18

Parecer em Consulta		
Nº	Interessado	Ementa
26	P. Castelo (Cleone Gomes do Nascimento)	Concurso público – convocação dos candidatos – divulgado o resultado, cabe à administração a nomeação dos candidatos aprovados, respeitado o número de vagas disponíveis – havendo norma específica para o ato de convocação, deve o agente proceder em consonância com esta – a nomeação de mais de um candidato aprovado em concurso público, num único ato, diz respeito à conveniência e oportunidade da administração.
27	P. de Venda Nova do Imigrante (Dalton Perim)	Despesas realizadas com recursos do fundo para a redução das desigualdades regionais - bens adquiridos - subsunção legal - áreas de interesse público definidas no artigo 3º da Lei nº 8.308/2006.
28	P. de Vitória (João Carlos Coser)	Licitação por lotes - empresa vencedora de mais de um lote - unificação de contratações autônomas - impossibilidade - ajustes autônomos com consequências próprias - obediência ao artigo 40, §2º, inciso III, da Lei 8.666/93.
29	P. Apicá (Humberto Alves de Souza)	Despesas realizadas com recursos do fundo para a redução das desigualdades regionais - bens adquiridos - subsunção legal - áreas de interesse público definidas no artigo 3º da Lei nº 8.308/2006.

30	P. Governador Lindenberg (Asterval Antônio Altoé)	Publicação de atos administrativos tais como extratos de contrato, licitações, informativos referentes à Lei de Responsabilidade Fiscal e outros que não se enquadram no conceito de publicidade previsto no artigo 2º da Lei nº 12.232/2010 - desnecessidade de intermediação de agências de publicidade - inaplicabilidade da Lei nº 12.232/2010 e sujeição à Lei nº 8.666/1993.
31	P. Iúna (José Ramos Furtado)	Aposentadoria - regime geral de previdência (INSS) - cargo público efetivo com dois vínculos - professor e técnico pedagógico - valor do benefício definido com base na soma das contribuições relativas a ambos os cargos - desligamento do vínculo com o município ou apenas o mais antigo, ao acumular o benefício previdenciário com os vencimentos de apenas um dos cargos - inaplicabilidade do artigo 37, § 10, da Constituição Federal, para servidores aposentados pelo regime geral da previdência - hipótese de vacância de cargo público efetivo e cargo comissionado, desligando-se, consequentemente, do cargo titular - possibilidade do aposentado criar novo vínculo de trabalho, inclusive na administração pública, desde que não tenha se aposentado por invalidez - obediência às regras de acesso aos cargos públicos - aprovação prévia em concurso público de provas ou provas e títulos, ressalvadas as nomeações para os cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração.
32	Câmara Municipal de Domingos Martins (Eduardo José Ramos)	Ampliação do acervo histórico municipal - aquisição de obra de arte e telas de artistas plásticos com embasamento na Lei nº 8.666/93, artigo 24, inciso XV - impossibilidade - incompatibilidade com as finalidades do poder legislativo.
32	P. João Neiva (Luiz Carlos Peruchi)	Disposição expressa em lei que estabelece o período de quarenta e cinco dias de férias anuais para profissional da educação em função de docência, dos quais pelo menos trinta dias deverão ser consecutivos, conforme previsão do calendário escolar - incidência na remuneração do pagamento de um terço a mais também sobre os quinze dias que integram os quarenta e cinco dias - disposição do inciso XVII do artigo 7º, da constituição federal, que estabelece o gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal - para adequação ao calendário escolar, serão interpretados como recesso os quinze dias excedentes aos trinta dias de férias anuais - incidência do pagamento de um terço sobre o período total de férias de professor da rede municipal - havendo previsão no estatuto do magistério deste município, de que as férias dos professores em atividade de regência de classe sejam de quarenta e cinco dias, incidirá um terço sobre os quinze dias a mais que extrapolem os trinta dias de férias, adotados como regra para os trabalhadores em geral.
33	P. João Neiva (Luiz Carlos Peruchi)	Disposição expressa em lei que estabelece o período de quarenta e cinco dias de férias anuais para profissional da educação em função de docência, dos quais pelo menos trinta dias deverão ser consecutivos, conforme previsão do calendário escolar - incidência na remuneração do pagamento de um terço a mais também sobre os quinze dias que integram os quarenta e cinco dias - disposição do inciso XVII do artigo 7º, da constituição federal, que estabelece o gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal - para adequação ao calendário escolar, serão interpretados como recesso os quinze dias excedentes aos trinta dias de férias anuais - incidência do pagamento de um terço sobre o período total de férias de professor da rede municipal - havendo previsão no estatuto do magistério deste município, de que as férias dos professores em atividade de regência de classe sejam de quarenta e cinco dias, incidirá um terço sobre os quinze dias a mais que extrapolem os trinta dias de férias, adotados como regra para os trabalhadores em geral.

34	P. Baixo Guandu (Lastênio Luiz Cardoso)	Profissional contábil – responde apenas pelo conteúdo informativo das demonstrações contábeis - competência para emissão da nota de empenho, formalização da liquidação ou determinação de pagamento, somente com delegação formal - omissão em atestar irregularidade pode resultar responsabilidade funcional e perante as cortes de contas, conforme art. 74, §1º, da constituição federal - à contabilidade cabe subsidiar de informações a autoridade competente para o ato de pagamento, em conformidade com o art. 64, parágrafo único, da lei n. 4.320/64 - ocorrendo o fato gerador, deve haver o registro da despesa - ao ordenador de despesas cabe a responsabilidade pelos atos praticados em decorrência de tais registros contábeis, salvo nas hipóteses de exclusão pela ausência de seus elementos caracterizadores.
----	---	---

Resoluções		
Nº	Ementa	Data da publicação
263	Dispõe sobre a tramitação dos processos relativos às auditorias externas realizadas na execução dos projetos financiados por instituições internacionais, no Estado do Espírito Santo.	01/10/2013
264	Institui a Identidade Funcional para Conselheiros, Auditores, Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal e servidores do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e dá outras providências.	12/11/2013
265	Dispõe sobre a tramitação dos recursos administrativos no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCEES.	12/11/2013
266	Regulamenta a distribuição de processos para relatoria dos Conselheiros e Auditores no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	28/11/2013
Total		4

3.3 AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

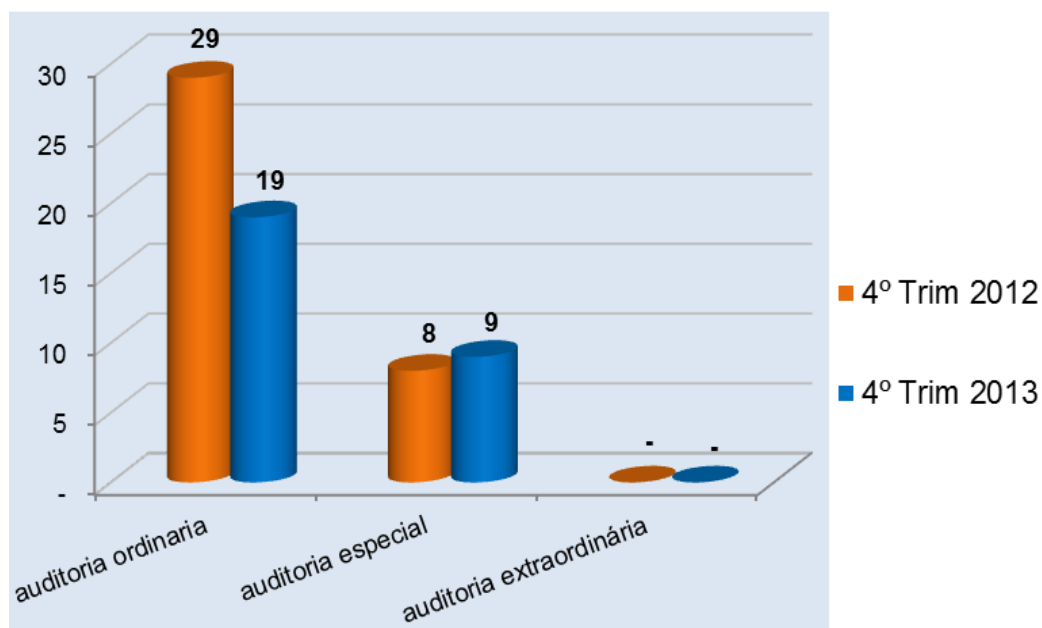
As auditorias de iniciativa externa (denúncias, representações etc) e de iniciativa interna, a serem realizadas pelo TCEES, estão discriminadas no seu Plano Anual de Fiscalização (PAF). O PAF é um instrumento de planejamento das ações de fiscalização do Tribunal de Contas, aprovado em Plenário.

O Plano Anual de Fiscalização 2013 apresenta diversas mudanças em relação ao Plano elaborado em 2012, destacadas abaixo:

- O Tribunal visitou todos os municípios em 2012. Em 2013 a prioridade será a execução de auditorias de iniciativa externa (denúncias e representações), as quais serão realizadas durante o 1º semestre de 2013;
- As auditorias de iniciativa própria ficarão restritas aos municípios com maior execução orçamentária, e a sua realização ocorrerá no período de julho a outubro de 2013;
- Serão elaborados planos de auditoria específicos para cada órgão, conforme a execução de despesa dos mesmos;
- O período de novembro a dezembro de 2013 será reservado para a realização de auditorias derivadas de representações ou denúncias, consideradas urgentes pelo Plenário e que não possam se submeter ao rito normal de inclusão na programação do próximo ano.

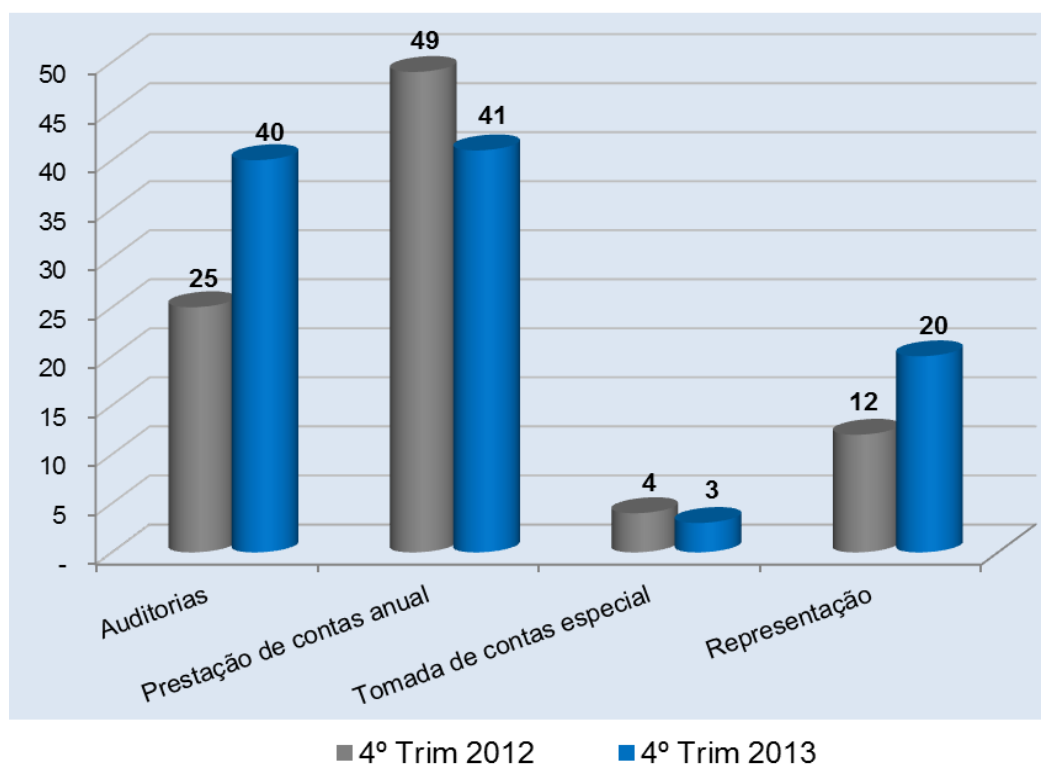
Portanto, a análise comparativa do volume de auditorias realizadas em 2013 em relação a 2012 deverá levar em conta os novos procedimentos estabelecidos no Plano Anual de Fiscalização 2013.

AUDITORIAS REALIZADAS¹



1 - O Plano Anual de Fiscalização 2013 (PAF 2013) apresenta diversas mudanças em relação ao Plano elaborado em 2012, conforme detalhado na página anterior.

INSTRUÇÕES TÉCNICAS INICIAIS CONCLUÍDAS



ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

	4º trim 2012	4º trim 2013
Prestações de contas bimestrais (PCB) ¹	98	16
Relatórios da LRF analisados ²	83	149
Relatórios técnicos contábeis (RTC)	78	61
Instruções preliminares em representações	107	88
Instruções técnicas conclusivas (ITC)	135	231
de auditorias	50	13
de prestação de contas anual (PCA)	84	139
de outros processos	1	79

1 - As PCBs dos jurisdicionados municipais são recebidas por meio magnético, via SISAUD, e a análise é feita nos casos de omissões, retificações e alertas.

2 - RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária e RGF-Relatório de Gestão Fiscal, arts. 52 a 54 LRF. Os relatórios dos jurisdicionados municipais são recebidos em meio magnético, via LRFWeb, e a análise é feita nos casos de omissões, retificações e alertas.

ANÁLISE DE PROCESSOS DE PESSOAL SUJEITOS A REGISTROS

	4º trim 2012	4º trim 2013
Aposentadoria	747	988
Pensão	88	126
Admissão	1.029	2.290
Outros	11	14
Total	1.875	3.418

CONSULTAS E RECURSOS

	4º trim 2012	4º trim 2013
Despachos técnicos elaborados	8	1
Consultas pessoais atendidas	17	15
Consultas telefônicas atendidas	204	133
Instruções técnicas elaboradas	50	34
Consulta	19	18
Recurso	30	16
Casos especiais	1	-

MANIFESTAÇÕES TÉCNICAS

	4º trim 2012	4º trim 2013
Manifestações técnicas	8	104
Recursos de Reconsideração, Revisão, Embargos e Defesa Oral	8	14
Comunicação de Tomada de Contas (art. 4º e 12 da IN nº 08/2008)	-	7
Outros	-	83
Instruções preliminares em representação	128	134
Análise de Edital (representação/denúncia)	10	1
Informações/Manifestações Técnicas Diversas	109	84
Instruções preliminares em representação (medida cautelar)	9	49
Manifestação técnica de defesa	4	-
Instrução técnica de monitoramento fiscal	6	3
Instrução de pedidos de informação	129	142

3.4 COMISSÕES TÉCNICAS INSTITUÍDAS

Portaria Nº	Comissão instituída	Data de publicação no DOE
61	Comissão de inventário de bens móveis.	08/11/13
62	Comissão da equipe de transição.	11/11/13
74	Comissão técnica responsável pela análise da prestação de contas anual do Governador do ES.	12/12/13

4.1 GESTÃO DE PESSOAS

O quadro geral de ocupação do TCEES está distribuído conforme tabelas abaixo:

Cargo	Ocupados	Disponíveis	Total
Conselheiro	7	-	7
Auditor	4	-	4
Procurador Especial de Contas	3	-	3
Cargos efetivos	269	21	290
Auditor de Controle Externo	235	-	235
Assistente Técnico	16	-	16
Auxiliar de Serviços	18	-	18
Analista Administrativo	-	21	21
Cargos de Gabinete	64	13	77
Cargos comissionados	187	2	189
Chefias	26	-	26
Assessoramento	161	2	163
TOTAL GERAL	534	47	570

Estabilizados	16
Efetivos do TCEES ocupando cargo comissionado	34
Efetivos de outros órgãos ocupando cargo comissionado	12

Estagiários	4º trim 2013
Nível superior	72
Nível médio	31

Informações mais detalhadas sobre Gestão de Pessoas estão disponíveis no portal www.tce.es.gov.br, na sessão Transparência, Gestão de Pessoas.

GESTÃO DO CONHECIMENTO

Resultados da capacitação	4º trim 2012	4º trim 2013
Eventos	54	46
Eventos para servidores do TCEES	51	37
Interno (promovido pelo TCEES)	9	16
Externo (promovido por outras instituições)	25	12
Iniciativa do servidor	3	2
Outros eventos	14	7
Eventos para jurisdicionados TCEES	3	9
Pessoas capacitadas	961	783
Servidores e membros do TCEES	432	570
Jurisdicionados	529	213
Horas de capacitação	13.835	12.579
Servidores e membros do TCEES	10.216	10.595
Jurisdicionados	3.619	1.984

Destacamos os eventos realizados no 4º trimestre de 2013:

- ✓ Regimento Interno do TCEES - Módulo II (04/10/13), Módulo III (18/10 a 29/11/13).
- ✓ Parceria Público Privada - PPP - 07 a 09/10/13.
- ✓ Auditoria de Obras Rodoviárias - Módulo III - 14 a 25/10/13.
- ✓ Termo de Referência: Melhores Práticas - 17 e 18/10/13.
- ✓ Sistema de Registro de Preços: Aspectos Práticos e Jurídicos - 22/10/13.
- ✓ Consórcios Públicos - Aspectos Relevantes - 24/10/13.
- ✓ Auditoria de Tecnologia da Informação - 04 a 08/11/13.
- ✓ Oratória - A Arte de Falar em Público - 04 a 08/11/13.
- ✓ Contabilidade Pública Avançada Aplicando o PCASP e DCASP
- ✓ Conceito Previdenciário e Aspectos Atuariais - 18 a 20/11/13.
- ✓ Gestão Previdenciária - Módulo de Conceitos de Atuária - 21 e 22/11/13.
- ✓ Redação Jurídica e Elementos da Gramática - 25 a 29/11/13.
- ✓ XXVII Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil - 03 a 06/12/13.
- ✓ AutoCad 2012 - 2D - 04 a 21/11/13.
- ✓ III Congresso Informação de Custos e Qualidade do Gasto Público no Setor Público - 09 e 10/10/13.
- ✓ Seminário Desafios para um Ensino Médio de Qualidade - 16 a 18/10/13.
- ✓ A Nova Forma de Contratar e Fiscalizar Serviços e Terceirização - 17 e 18/10/13.
- ✓ Impactos das Novas Normas de Contabilidade aplicadas ao Setor Público nas atividades dos TC's - 21 e 22/10/13.

- ✓ Cerimonial e Protocolo na Administração Pública - 04 e 05/11/13.
- ✓ Auditoria e Processos de Licitação e Obras Públicas - Banco Mundial - 04 e 05/11/13.
- ✓ Fortalecimento Parcerias na Auditoria de Projetos e Programas Financiados pelo BID - 11 e 12/11/13.
- ✓ Orientações Técnicas de Encerramento do Exercício Financeiro - Foco no Novo PCASP - 11 a 13/11/13.
- ✓ Avaliação de Controles Internos na Administração Pública - 19 a 22/11/13.
- ✓ 28º Congresso Brasileiro de Treinamento e Desenvolvimento - 26 a 29/11/13.
- ✓ Congresso de Gestão Pública 2013 - 27 e 28/11/13.
- ✓ Direito Constitucional - 19/09 a 04/10/13.
- ✓ Palestra: Transparência de Demonstrativos Contábeis no Setor Público - 20/11/13.
- ✓ Seminário: Cidades - Um Espaço de Convivência Social - 28/11/13.
- ✓ Visita Técnica ao Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais - 16 e 17/10/13.
- ✓ Visita Técnica ao Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso - 21 a 25/10/13.
- ✓ Visita Técnica e Reunião da Atricon - 24/10/13.
- ✓ Reunião Técnica da Atricon - 29 e 30/10/13.
- ✓ Reunião de Trabalhos de Uniformização de Procedimentos de Auditoria de Obras Públicas - 15/08 a 14/11/13.
- ✓ Encontro do Grupo Técnico de Padronização de Relatórios - GTREL - 26 a 28/11/13.
- ✓ Encontro do Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis - GTCON - 27 a 29/11/13.
- ✓ Limites Constitucionais para Conselhos Municipais - Educação - Polo Cachoeiro de Itapemirim - 01/10/13.
- ✓ Limites Constitucionais para Conselhos Municipais - Saúde - Polo Cachoeiro de Itapemirim - 02/10/13.
- ✓ Gestão Orçamentária e Financeira - Polo Nova Venécia - 07 a 09/10/13.
- ✓ Limites Constitucionais para Conselhos Municipais - Educação - Polo Ibatiba - 15/10/13.
- ✓ Limites Constitucionais para Conselhos Municipais - Saúde - Polo Ibatiba - 16/10/13.
- ✓ Limites Constitucionais para Conselhos Municipais - Educação - Polo Colatina - 22/10/13.
- ✓ Limites Constitucionais para Conselhos Municipais - Saúde - Polo Colatina - 23/10/13.
- ✓ I Encontro de Orientação Técnica aos Regimes Próprios de Previdência - 01/11/13.
- ✓ Princípios da Administração Pública e da Licitação e Processo Legal - PM Castelo - 28/11/13.

A capacitação também acontece por meio do acervo disponível na Biblioteca, que atualmente conta com 20.226 itens, disponível tanto para os seus servidores quanto para servidores de jurisdicionados e público externo em geral.

4.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O orçamento do TCEES para o exercício de 2013 apresentou dotação orçamentária inicial de R\$ 125.722.200,00, sendo R\$ 125.692.200,00 em recursos ordinários de caixa do tesouro e R\$ 30.000,00 de recursos vinculados do tesouro referente a convênio com a União. A dotação ao final do 3º trimestre, considerando as suplementações já realizadas, era R\$ 141.969.200,00.

No decorrer do 4º trimestre foram feitos dois créditos suplementares, abaixo destacados, atualizando a dotação orçamentária para R\$ 153.469.200,00:

- 1) Decreto nº 2418-S, de 25/10/13 (DOE – 29/10/13), no valor de R\$ 11.500.000,00, sendo R\$ 1.500.000,00 de superávit financeiro do TCEES e R\$ 10.000.000,00 de superávit financeiro do Poder Executivo; e
- 2) Decreto nº 2750-S, de 03/12/13 (DOE – 04/12/13), no valor de R\$ 7.825.027,00, não acarretando acréscimo de despesa.

A distribuição segundo a natureza da despesa está indicada na tabela a seguir, com a posição em 31/12/13.

(valores em R\$)

Grupo de natureza da despesa	Dotação Inicial	Dotação atualizada ⁽¹⁾	Empenhado ⁽¹⁾	Liquidado ⁽¹⁾	Pago ⁽¹⁾
Despesas correntes	122.871.975,00	148.982.975,00	120.018.621,79	118.289.963,37	117.935.570,35
Pessoal	104.627.042,00	127.615.770,00	104.031.720,48	103.765.116,96	103.417.711,74
Pessoal - Ativo	84.550.658,00	107.539.386,00	104.031.720,48	103.765.116,96	103.417.711,74
Pessoal - Inativo ⁽²⁾	20.076.384,00	20.076.384,00	-	-	-
Outras despesas correntes (custeio)	18.244.933,00	21.367.205,00	15.986.901,31	14.524.846,41	14.517.858,61
Despesa de capital (investimento)	2.850.225,00	4.486.225,00	2.186.328,97	1.654.648,73	1.654.648,73
Total Geral	125.722.200,00	153.469.200,00	122.204.950,76	119.944.612,10	119.590.219,08
Total Disponível ⁽³⁾	105.645.816,00	133.392.816,00			

⁽¹⁾ Valores acumulados no ano, até o trimestre em análise.

⁽²⁾ Dotação orçamentária referente a contribuições previdenciárias ao regime próprio de previdência, bloqueada pela Secretaria de Estado da Economia e Planejamento, em atendimento ao art. 11 da Lei nº 9.979/13 (LOA).

⁽³⁾ Desconsiderado, do total, o valor da despesa com pessoal inativo.

Informações mais detalhadas sobre as despesas realizadas estão disponíveis no portal www.tce.es.gov.br, na sessão Transparência, Execução Orçamentária e Financeira.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A apuração do limite de gasto com pessoal está resumida na tabela a seguir e detalhada no Relatório de Gestão Fiscal do TCEES, disponível no portal www.tce.es.gov.br.

(valores em R\$)

Descrição	janeiro/2012 a dezembro/2012	janeiro/2013 a dezembro/2013
Despesa com pessoal para fins de apuração do limite – R\$	75.547.182,64	87.681.069,21
Receita Corrente Líquida – R\$	10.915.833.390,24	10.561.113.114,83
Limite apurado – %	0,692	0,830
Limite máximo – 1,300 %	141.905.834,07	137.294.470,49
Limite prudencial – 1,235 %	134.810.542,37	130.429.746,97
Limite de alerta – 1,170 %	127.715.250,67	123.565.023,44

4.3 SERVIÇOS GERAIS

Em março, iniciou-se a obra de manutenção do edifício sede do TCEES, considerado patrimônio público do estado. Essa obra, cuja previsão é finalizar em 2014, está sendo realizada nos três pavimentos da edificação principal do TCEES e contempla a recuperação estrutural das vigas, pilares e platibandas, pintura interna e externa, substituição de divisórias do pavimento térreo, recuperação do piso do pavimento térreo e reforma da cobertura. Tendo em vista a complexidade e o vulto dessa reforma, até esse trimestre, foi realizado um percentual financeiro de 45% do total previsto para a obra.

4.4 GESTÃO DOCUMENTAL

Controle documental	4º trim 2012	4º trim 2013
Correspondências expedidas	3.994	3.383
Correspondências recebidas	5.390	4.593
Nº de processos arquivados	787	1.214
Nº de processos autuados	1.653	2.885
Processos de Pessoal do TCEES	2	11
Processos Administrativos do TCEES	81	78
Processos de Controle Externo	1.570	2.796

4.5 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A comunicação institucional do TCEES tem como foco a promoção do intercâmbio de informações, dentro do Tribunal e entre o Órgão e a sociedade, de forma a viabilizar a construção e a manutenção da imagem corporativa.

O Tribunal mantém instrumentos destinados à divulgação interna e externa das atribuições e dos resultados de suas ações, de formas compreensíveis para servidores, jurisdicionados e cidadãos, visando a efetividade e a eficiência da comunicação.

Canais de comunicação externa	
Portal TCEES	Meio de divulgação de informações e serviços pela internet, por meio do endereço www.tce.es.gov.br .
Informativo Acontece	Boletim informativo com periodicidade bimestral, enviado para órgãos jurisdicionados, Tribunais de Contas, faculdades estaduais (curso de Direito e Administração), jornalistas, órgãos representantes dos Tribunais e servidores do TCEES.
Responsabilidade Social	Destaca-se o empréstimo do auditório, sendo essa atividade coordenada pela Escola de Contas Públicas (ECP), que é a Controladoria de Capacitação e Aperfeiçoamento do TCEES.

Canais de comunicação interna	
Intranet	Rede interna do TCEES, acessível exclusivamente aos servidores, que podem obter instantaneamente informações sobre o Tribunal de Contas, seu corpo funcional e eventos de capacitação.
Na Sessão	Informativo online, enviado semanalmente, por email, aos servidores do TCEES, com o resumo dos processos julgados/apreciados em Plenário.
Notícias no Ponto	Jornal mural semanal afixado em seis pontos estratégicos. Enfoca assuntos relacionados à saúde e bem-estar, à etiqueta social e profissional, à rotina corporativa e às características dos servidores.

Principais atividades de comunicação	4º trim 2012	4º trim 2013
Atendimentos a jornalistas	92	104
Jornalistas recebidos no TCEES	90	76
Entrevistas coletivas	-	3
Releases enviados à imprensa	30	66
Exemplares do Informativo Acontece postados	2.000	2.000
Notícias inseridas no Portal TCEES	38	66
Notícias inseridas na Intranet	30	13
Campanhas internas realizadas	-	8
Campanhas solidárias realizadas	-	1

4.6 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

As principais atividades da área de tecnologia de informação, no 4º trimestre, foram:

Evolução da Tecnologia da Informação	4º trim 2012	4º trim 2013
Estações de trabalho	529	590
Servidores com acesso à Internet	482	570
Auditorias com participação da área de informática	2	-
Sistemas em desenvolvimento e/ou em implantação	3	4
Sistemas em funcionamento	35	34
Desenvolvidos internamente	23	22
Adquiridos de terceiros	12	12

Dos sistemas em funcionamento que são desenvolvidos pelos técnicos do TCEES destacam-se os relacionados ao suporte para o controle externo.

Sistemas de suporte ao controle externo	Descrição
Sistema de suporte à auditoria - SISAUD	Sistema de suporte à auditoria contábil-financeira nos órgãos municipais, englobando novo plano de contas e nova classificação funcional-programática (disponível até o exercício de 2012)
Sistema de plano de número de auditoria	Sistema automatizado de geração de números de auditoria
Sistema LRF Web	Visa receber e tratar os dados referentes às informações sobre a execução orçamentária e a gestão fiscal, na esfera municipal da administração pública, para fins de verificação dos pontos de controle relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal.
Controle Informatizado de Dados do Espírito Santo - CIDADES-WEB	Sistema de remessa ao TCEES, por meio da internet, dos dados da abertura do exercício, da prestação de contas bimestral e informações adicionais das entidades municipais da administração direta e indireta regidas pela Lei Federal nº 4.320/64.
Sistema Informatizado de Controle de Obras Públicas – GEO-OBRAS	Sistema de informações geográficas que visa receber os dados referentes à execução físico-financeira das obras públicas executadas em todos os órgãos das esferas estadual e municipais.

4.7 CONTROLE INTERNO

O Núcleo de Controle Interno (NCI), instituído por meio da Resolução TC N.º 223/2010, é uma unidade vinculada diretamente à Presidência, a qual compete o planejamento, a coordenação e a execução das ações relacionadas ao controle interno do TCEES.

Nesse 4º trimestre podemos destacar como as principais ações do NCI:

- ✓ Acompanhamento e orientação dos trabalhos das unidades setoriais na elaboração dos sistemas administrativos previstos no plano de ação de implementação do Sistema de Controle Interno.
- ✓ Participação em Conselhos/Grupos de trabalho, conferências e treinamentos:
 - Reunião do Conselho Estadual de Controle Interno.
 - Curso de Termo de Referência.

- Curso de Registro de Preço.
 - Reunião da Comissão de Ética.
 - Curso de Parceria Público Privada
 - 2º Reunião ordinária bimestral do Conselho Estadual de Controle Interno.
 - XXVII Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil.
 - Reunião da do Conselho de Transparência Publica de Combate à Corrupção.
 - Palestra: Apresentação do sistema e noções gerais da Resolução TCEES nº 247/2012.
- ✓ Participação em reuniões com os jurisdicionados para implantação dos sistemas de controle interno, previsto na Resolução TC 227/2011:
- Outubro: Câmara de Ibirapu, Prefeitura de Águia Branca, Prefeitura da João Neiva e Prefeitura de Colatina.
 - Novembro: Câmara de Pinheiros, Câmara de Vila Pavão e Prefeitura de Águia Branca.
 - Dezembro: Prefeitura de São Roque do Canaã.
- ✓ Elaboração de Normas Internas e outros Atos Normativos.
- Normas Internas em processo de finalização:
 - Patrimônio;
 - Almoxarifado;
 - Multa.
 - Normas Internas em elaboração:
 - Contabilidade (Empenho);
 - Diária;
 - Suprimento de fundos.
 - Ato Normativo:
 - SRH – 002/2013, que estabelece critérios e procedimentos referentes a elaboração/tramitação da folha de pagamento dos Servidores, Conselheiros, Auditores e Procuradores do TCEES.
 - SCT – 001/2013, que estabelece critérios e procedimentos referentes às contratações/aquisições de serviços e produtos no âmbito do TCEES.
 - SCT – 002/2013, que estabelece procedimentos para Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos no âmbito do TCEES.

4.8 GESTÃO DA ESTRATÉGIA

Destacam-se abaixo, as principais atividades desenvolvidas pelo NPP, no 4º trimestre de 2013.

- Projeto Saúde do Servidor - Apresentação dos resultados da Estação Saúde do Viver Unimed, no dia 13/11/13.
- Participação do NPP, como expositor, no estande do Planejamento e Gestão da I Feira Nacional do Sistema de Controle Externo, realizada no período de 03 a 06/12/13, no Centro de Convenções de Vitória.

Projetos iniciados no trimestre			
Mês	Projeto	Portaria	Descrição
Nenhum projeto foi iniciado nesse período.			

Projetos encerrados no trimestre			
Mês	Projeto	Data	Descrição
Outubro	Orçamento 2014	07/10/13	- Elaborar a proposta orçamentária anual do TCEES para o exercício de 2014.
	Coleta seletiva	17/10/13	- Instituir a coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis (papel, plástico, vidro e metal), bem como resíduos perigosos, dando uma destinação final adequada, sem causar danos ambientais.

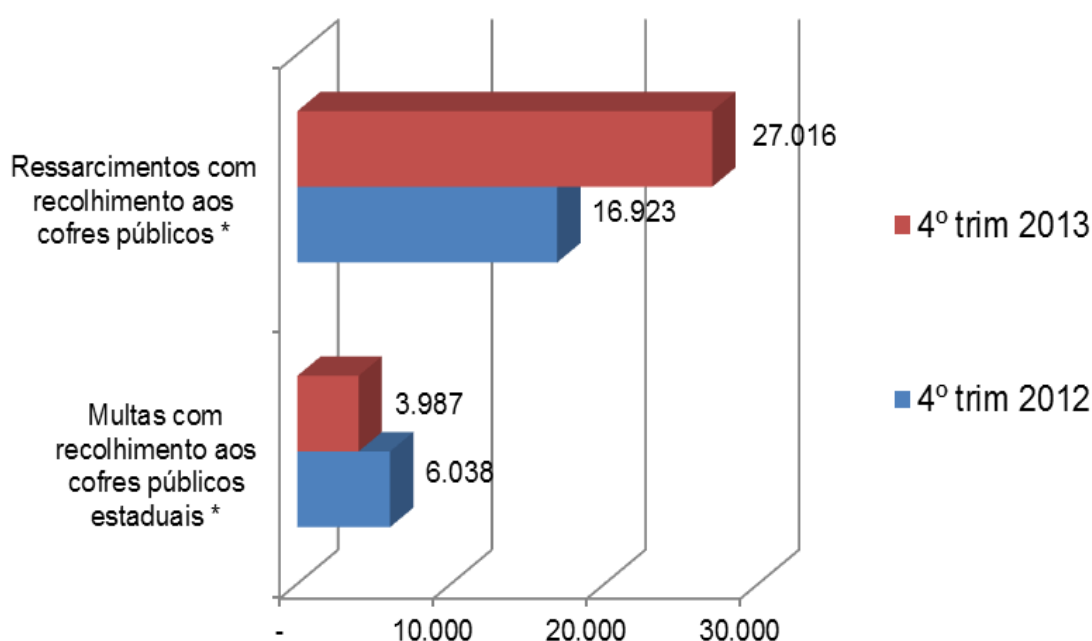
5 MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas é um órgão autônomo e independente, cuja finalidade principal é a defesa da ordem jurídica no âmbito de atuação do TCEES, representando contra a ilegitimidade ou irregularidade de qualquer despesa.

Atividades	4º trim 2012	4º trim 2013
Processos distribuídos	974	2.969
Pareceres emitidos	958	3.178
Termos de atualização de valores a cobrar	1	2
Termos de verificação de valores pagos	6	3
Novas cobranças cadastradas no sistema	2	4

Montante de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCEES	4º trim 2012	4º trim 2013
Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais *	6.038,01	3.987,05
Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos *	16.922,91	27.016,24
Total	22.960,92	31.003,29

* Informações sujeitas a atualizações, de acordo com a comprovação de pagamento encaminhada ao TCEES.



A Corregedoria do Tribunal de Contas, criada por meio da Lei Complementar nº 549, de 16 de abril de 2010, tem como Corregedor o Conselheiro Domingos Augusto Taufner (biênio 2012/2013).

Em atendimento ao art. 22 do Regimento Interno desta Corte de Contas (aprovado pela Resolução TC Nº 261, de 04 de junho de 2013), a Corregedoria Geral procedeu ao processamento dos procedimentos disciplinares listados a seguir:

Nº Processo	Assunto	Entrada	Situação
3370/2008	Pessoal processo administrativo disciplinar	04/02/2011	Encaminhado ao GAP
3050/2011	Denúncia	25/05/2011	Encaminhado a Comissão PAD.
831/2012	Encaminhamento	07/02/2012	Encaminhado ao CDOC
122/2012	Representação	09/01/2012	Em andamento na Corregedoria.
4612/2012	Encaminhamento	20/07/2012	Encaminhado ao CDOC
5485/2012	Requerimento	16/08/2012	Em andamento na Corregedoria.
5486/2012	Fornecimento Informação	16/08/2012	Encaminhado a Comissão de PAD.
193/2012	Representação	13/01/2012	Em andamento na Corregedoria.
3951/2013	Processo administrativo disciplinar	15/04/2013	Encaminhado ao CDOC
5158/2013	Pessoal sindicância	26/06/2013	Encaminhado a Comissão de PAD
8425/2013	Consulta Comissão de Ética	31/10/2013	Emitido Parecer Ético nº03/2013
9505/2013	Consulta Comissão de Ética	02/12/2013	Emitido Parecer Ético nº04/2013

Visando a melhoria e aprofundamento da unidade, foi estimulada a pesquisa de tópicos de estudo, dentre eles:

- Estudo sobre a implementação das Câmaras no âmbito do Tribunal de Contas conforme Resolução TC Nº 261 de 2013 - Regimento Interno.
- Proposta de Projeto de Resolução acerca da Tramitação de Recursos Administrativos no âmbito do Tribunal de Contas, com a edição da Resolução TC Nº 265 de 12 de novembro 2013

A Corregedoria participou da Equipe de Transição da Gestão 2013/2014, conforme Portaria Nº 062/2013.

A Ouvidoria do Tribunal de Contas, prevista no artigo 7º da Lei Complementar Estadual nº 621 (Lei Orgânica do TCEES), de 09 de março de 2012, tem como Ouvidor o Conselheiro Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun (biênio 2012/2013).

No 4º trimestre de 2013, a Ouvidoria do TCEES recebeu, no desempenho de suas atividades, o total de 76 demandas provenientes de entidades jurisdicionadas e demais cidadãos como um todo.

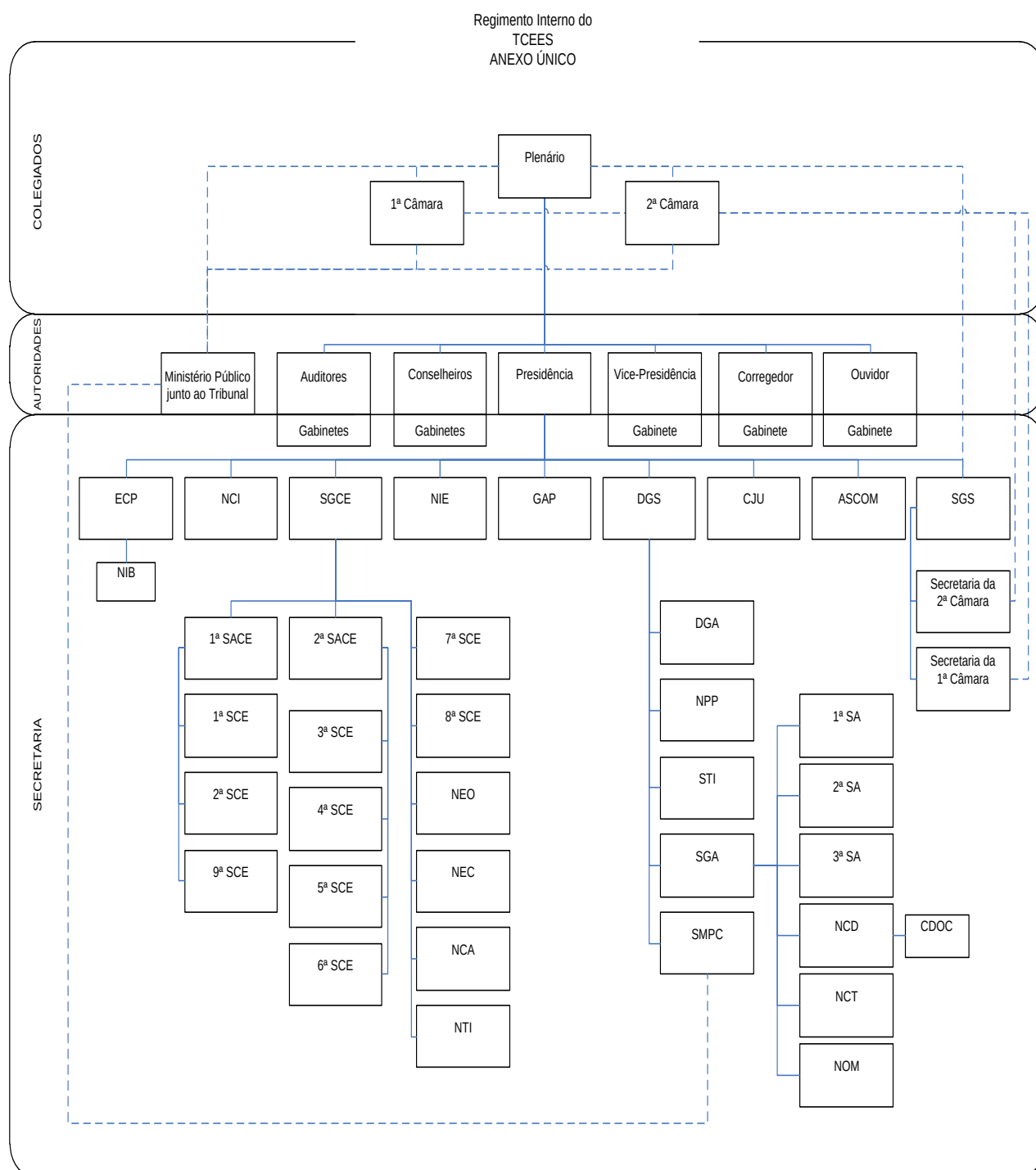
No mês de dezembro, a equipe da Ouvidoria participou do XXVII Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil. O encontro, que aconteceu no Centro de Convenções de Vitória-ES, no período de 03 a 06/12/13, contou com a participação de servidores e autoridades de todo o Brasil e também da América Latina.

A participação nesse Congresso foi uma grande oportunidade para troca de experiências, tendo em vista o quanto a Ouvidoria do TCEES pode avançar no sentido de construir uma nova visão de Tribunal, com um enfoque no que melhor se pratica em termos de “efetiva funcionalidade”.

Também nesse período, foi concluída a elaboração da resolução disciplinando todo o procedimento de funcionamento da Ouvidoria, que está sob análise para aprovação.

Atualmente, a unidade está aguardando a publicação da resolução que normatiza o funcionamento da Ouvidoria, para iniciar o recebimento de demandas através do Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública - TAG, no Portal do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, com previsão de início de funcionamento junto com o Portal da Ouvidoria.

Estrutura Organizacional do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo



Nomenclatura/sigla das unidades

Descrição	Sigla
Escola de Contas Pública	ECP
Núcleo de Informações Bibliográficas	NIB
Núcleo de Controle Interno	NCI
Núcleo de Informações Estratégicas	NIE
Gabinete da Presidência	GAP
Diretoria Geral de Secretaria	DGS
Diretoria Geral Adjunta	DGA
Núcleo de Planejamento e Projetos	NPP
Secretaria de Tecnologia da Informação	STI
Secretaria Geral Administrativa	SGA
1ª Secretaria Administrativa	1ª SAD
2ª Secretaria Administrativa	2ª SAD
3ª Secretaria Administrativa	3ª SAD
Secretaria do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas	SMPC
Núcleo de Controle de Documentos	NCD
Centro de Documentação e Arquivo	CDOC
Núcleo de Contratações	NCT
Núcleo de Obras e Manutenção	NOM
Consultoria Jurídica	CJU
Assessoria de Comunicação	ASCOM
Secretaria Geral das Sessões	SGS
Secretaria Geral de Controle Externo	SGCE
1ª Secretaria Adjunta de Controle Externo	1ª SACE
2ª Secretaria Adjunta de Controle Externo	2ª SACE
1ª Secretaria de Controle Externo	1ª SCE
2ª Secretaria de Controle Externo	2ª SCE
3ª Secretaria de Controle Externo	3ª SCE
4ª Secretaria de Controle Externo	4ª SCE
5ª Secretaria de Controle Externo	5ª SCE
6ª Secretaria de Controle Externo	6ª SCE
7ª Secretaria de Controle Externo	7ª SCE
8ª Secretaria de Controle Externo	8ª SCE
9ª Secretaria de Controle Externo	9ª SCE
Núcleo de Engenharia e Obras Públicas	NEO
Núcleo de Estudos Técnicos e Análises Conclusivas	NEC
Núcleo de Cautelares	NCA
Núcleo de Tecnologia da Informação	NTI